

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

NEOLIBERALISM AND ITS UNFOLDING IN THE STRUCTURAL AND LABOR CONTEXT OF BRAZIL

Yago Kawan Silva VITOR¹

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Kelly Maria Gomes MENEZES²

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Resumo: A pesquisa estuda a influência das bases neoliberais na (re)configuração do Estado e do mercado de trabalho brasileiro, dando ênfase às consequências socioeconômicas e políticas advindas pelo neoliberalismo. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com o objetivo de analisar a incorporação do neoliberalismo na atuação do Estado brasileiro e seus desdobramentos no mundo do trabalho no período de 1985 a 2022, com base na literatura crítica. Ainda, o estudo demonstra que nos governos petistas se buscou uma conciliação entre um governo ligado ao neodesenvolvimentismo, mas que não foi rompido em sua totalidade o modo de governo baseado em políticas de lógica neoliberal. Conclui-se que o neoliberalismo não representa uma ideologia preocupada com o avanço do país a partir de segmentos econômicos em que o Estado se configura como mínimo, mas usa-se da máquina

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Cariri - URCA (2018-2023) e Pós-Graduação em Direito Previdenciário, Direito do Trabalho e Docência do Ensino Superior. Professor Universitário na Faculdade São Francisco do Ceará (FASC), campus Iguatu-CE. Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Advogado e Pesquisador com Ênfase em Direitos Humanos, Relações de Trabalho e Direito Antidiscriminatório – E-mail: yagovitor@alu.ufc.br – Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2374-2241>.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (Uece); Graduação em Pedagogia, em Gerontologia e em Serviço Social pela Uece. Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Faced/ UFC; e dos Programas de Pós-Graduação Acadêmico e Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação do Campo e Pedagogia Histórico-Crítica (Escola da Terra - CE); e pesquisadora do Programa Cientista-Chefe Terra (Funcap - CE) – E-mail: kelly.menezes@ufc.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6400-0649>.

estatal para reforçar o acúmulo do capital e enfraquecer as bases sociais e democráticas, resultando em desvalorização da classe trabalhadora e ampliação de desigualdades sociais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Mercado de trabalho. Estado.

Abstract: This research studies the influence of neoliberal principles on the (re)configuration of the Brazilian state and labor market, emphasizing the socioeconomic and political consequences arising from neoliberalism. The study uses a qualitative and bibliographical approach to analyze how neoliberal policies – deregulation, privatization, and minimal state intervention – were essential in modifying the Brazilian socioeconomic landscape. It then analyzes the actions of the governments from Sarney to Bolsonaro (1980-2022), highlighting the influence of the external capitalist market and the Washington Consensus on the conduct of public policies focused on the economy and the labor market, resulting in economic crises and vulnerability of the working classes. Furthermore, the study demonstrates that the Workers' Party (PT) governments sought a conciliation between a government linked to neo-developmentalism, but did not completely break with the mode of government based on neoliberal logic policies. It can be concluded that neoliberalism does not represent an ideology concerned with the advancement of the country through economic sectors where the State is minimal, but rather uses the state apparatus to reinforce capital accumulation and weaken social and democratic foundations, resulting in the devaluation of the working class and the widening of social inequalities.

Keywords: Neoliberalism. Labor market. Public policies.

Introdução

A sociedade contemporânea, em especial nas últimas décadas, influenciada pelo viés de modernização da crescente ideologia neoliberal e o avanço da globalização, passou por transformações que impactaram drasticamente as diversas formas de sociabilidade e de estrutura de um Estado, em especial a social, econômica e política.

O neoliberalismo como condicionante de desregulamentação, liberalização e intervenção mínima, produz uma nova lógica de organização econômica, propiciando o Estado a ser apático com as implicações sociais mais amplas advindas de suas políticas. No contexto brasileiro, a adoção da política neoliberal levou à busca excessiva pelo lucro e por mudanças estruturantes da sociedade, em que se viu um cenário atrelado à concentração de riquezas nas mãos das elites econômicas, atribuindo as massas menos privilegiadas a precarização do mercado de trabalho e o papel de consumidor limitado.

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

Nessa lógica, o papel do Estado fica à disposição do modelo de ajuste, mapeado e executado pelo capital financeirizado (Chesnais, 1996), passando a justificar as medidas econômicas com base no estrito sentido do lucro e de sua eficiência (Harvey, 2008), transferindo investimentos e preocupações estruturais para a lógica do capital e retirando-os das agendas sociais.

Um país que aspirava à democracia e à adoção de um Estado Democrático de Direito, passa a condicionar a realidade social apenas à lógica do capital, afastando, em especial, os princípios da dignidade humana, justiça social e da cidadania. Assim, ocorre o enfraquecimento das políticas públicas que buscam a garantia de direitos sociais, implicando diretamente na qualidade de vida da população, sentida especialmente pelas classes trabalhadoras.

O modelo neoliberal passa a acarretar uma seletividade social, produzindo mudanças na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho, resultando no desemprego em massa, precarização dos postos de trabalho, informalidade, terceirização e na degradação dos ideais de coletividade, favorecendo uma autogovernamentabilidade do indivíduo, em que o situa dentro de uma lógica competitiva e produtiva degradante.

Com isso, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, baseada na análise crítica de obras clássicas e contemporâneas sobre neoliberalismo, Estado e mundo do trabalho. O estudo se orienta por uma perspectiva teórica de caráter crítico, com ênfase em autores vinculados à tradição marxista e pós-estruturalista, buscando compreender o neoliberalismo não apenas como um modelo econômico, mas como uma racionalidade política que reconfigura as relações entre Estado, mercado e sociedade.

Nessa perspectiva, busca-se analisar a incorporação do neoliberalismo na atuação do Estado brasileiro e seus desdobramentos no mundo do trabalho no período de 1985 a 2022, com base na literatura crítica. Parte-se da hipótese de que, no contexto brasileiro, o neoliberalismo não implicou a retração do Estado, mas sua reconfiguração como agente ativo na viabilização das condições de acumulação do capital, produzindo efeitos sobre a precarização e a fragmentação das relações de trabalho. Assim, o problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: como se articulam as políticas neoliberais na atuação do Estado brasileiro e as transformações observadas no mundo do trabalho no período de 1985 a 2022?

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

O trabalho está estruturado em três momentos. Inicialmente, apresenta-se uma discussão teórica sobre o neoliberalismo, abordando sua definição e os fundamentos que orientam essa racionalidade. Em seguida, analisa-se a incorporação do neoliberalismo no contexto socioeconômico brasileiro, por meio da trajetória dos governos contemporâneos e das políticas a eles associadas. Por fim, discutem-se os desdobramentos dessas transformações no mundo do trabalho, com ênfase nas mudanças nas relações laborais decorrentes das diretrizes de ajuste adotadas no período.

1. O Neoliberalismo

Diante da nova ordem mundial estabelecida pelo pós-Segunda Guerra, marcada pela bipolaridade advinda pela Guerra Fria e pela reorganização da economia global, diversos contextos e ideologias começam a difundir com um sentido de inserir o cenário mundial em uma nova perspectiva de modernidade, buscando, assim, um novo contexto social e econômico.

Entre esses termos, podemos dar ênfase àqueles que têm em seus centros temáticos a interconexão econômica voltada ao capital; a governança global, sobretudo quanto ao surgimento de novos centros de poder; a expansão do mercado global, através de amplificação das redes financeiras internacionais, o que acelerou o comércio e o fluxo de mercadorias e informações; e a ampliação de empresas multinacionais em busca de novos mercados e oportunidades de negócio, como é o caso do neoliberalismo.

Mas, para entendermos como funciona o neoliberalismo, sua ideologia e os seus impactos reais na vida das pessoas que estão intrinsecamente inseridas neste modelo, inicialmente, é necessário entendermos a sua conceituação, recorrendo-se a pesquisadores que se debruçam no estudo deste fenômeno.

Michel Foucault (2004) traz o termo neoliberalismo ligado ao sentido de artes de governo, sobretudo no que tange a soberania política e ao individualismo, estabelecendo uma forma de governar que tem a visão de racionalidade voltada para a economia e concorrência, a fim de estabelecer um *modus operandi* no indivíduo e na sociedade, buscando reger as condutas sociais com instrumentos estatais, mas disciplinando os sujeitos a uma auto governamentalidade.

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

Wendy Brown (2003) traz que o Estado neoliberal e a sua visão de sujeitos voltados ao mercado, bem como a necessidade destes de se verem como empresas, traz uma única ideia central que é a rentabilidade, procurando estabelecer modos de recompensas institucionais durante toda a vida. Nesse modelo, o Estado é atuante no sentido de alimentar, garantir e fomentar a lógica do capital, formando sujeitos plenamente egoístas e totalmente responsáveis pelas suas condutas e por todo o seu futuro, colocando o Estado fora de uma ideia garantista de direitos.

Em suma, podemos caracterizar o neoliberalismo como uma ideologia que começou a ganhar força com a hegemonia dos EUA, estabelecendo uma lógica ligada à liberdade dos indivíduos e à racionalidade do capital, pressionando os sujeitos a se portarem numa ótica de concorrência e de empresa privada, assim, alimentando a ideia de regência do mercado para além do próprio mercado, impondo novas regras institucionais e de vivência (Andrade, 2019).

Além disso, o neoliberalismo tira de cena o amparo estatal com o viés social e garantista de direitos, fazendo um levante de Estado mínimo, procurando estabelecer o indivíduo como o próprio regente de seu bem-estar, fomentando o individualismo e enfraquecendo o senso social e coletivo, reduzindo os sujeitos a meros consumidores e espectadores da hegemonia da lógica capitalista e da supremacia das elites pela lógica do acúmulo de capital (Marrach, 1996).

Para tanto, Leda Maria Paulani (1999, p. 119-120) afirma que o neoliberalismo:

Trata-se de uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar. Hayek é o protagonista deste ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, para ele uma ameaça letal não só à liberdade econômica como também à política. Hayek torna-se, ao final dos anos 40, o centro de um grupo de intelectuais afinados com esse mesmo credo, dentre os quais encontram-se, entre outros, Milton Friedman e Karl Popper. Seu objetivo era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um novo capitalismo no futuro, um capitalismo duro e livre de regras. Para esses intelectuais, o igualitarismo promovido pelo estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Na base de tais considerações, estava uma concepção de individualismo marcadamente distinta daquela que embasava a teoria neoclássica.

O Estado, que na teoria veiculada pelo neoliberalismo deveria ser mínimo, se revela como uma peça crucial para a propagação e fortalecimento das políticas neoliberais. Ao passo que precariza o seu papel como garantidor de direitos, colocando em segundo plano os direitos sociais, ambientais e trabalhistas, promove um espaço favorável à lógica capitalista,

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

favorecendo espaços para investimentos e negócios, aberturas para implementação de empresas transnacionais e de parcerias público-privadas, em que o lucro se destina aos setores privados e os riscos do negócio se encaminham para os setores públicos (Andrade, 2019).

De modo conclusivo, David Harvey (2008, p. 27) afirma:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação de capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis.

Paralelamente a isso, podemos retomar o entendimento de David Harvey (2008) no que diz respeito à “acumulação por espoliação”, em que preceitua que no capitalismo, levando em consideração a lógica de acumulação de capital e retomando os entendimentos de Marx sobre acumulação, usa-se mecanismos que visam a apropriação e despossessão de bens e recursos, sejam eles públicos ou privados, em vez de apenas haver a exploração do trabalho. Isso ocorre, sobretudo em tempos de crise, para atender os interesses daqueles que se apropriam diretamente dos lucros advindos como produto do capitalismo global, manifestando-se através de políticas neoliberais e por atuação ativa e direta do Estado (Theis; Krajevski, 2024).

Na contemporaneidade essas manifestações ocorrem, principalmente, através de quatro formas: Privatizações e Mercantilização, em que se utiliza da transferência de bens públicos para entes privados, realizando a inversão de direitos, recursos e serviços essenciais em mercadorias para visar o lucro; Financeirização, na qual ocorre por meio da especulação ou de operações fraudulentas, permitindo a transferência de recursos em momentos de inflação, manipulação de mercados e endividamentos da população e do Estado (Andrade, 2019).

Ainda, há a Administração e Manipulação de Crises, em que se vende a ideia de que as crises existentes em determinados Estados, muitas vezes orquestradas e criadas pela lógica neoliberal através das dívidas, podem ser superadas e controladas com a ajuda do Tesouro dos Estados Unidos, por Wall Street e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), forçando países

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

pobres e endividados a adotarem a lógica neoliberal, transferindo seus ativos aos países mais ricos; e Redistribuições, em que através da máquina estatal ocorre a redistribuição de políticas que atendam o capital, visando melhor atender os interesses das classes altas, através de isenções fiscais e benefícios financeiros a grandes corporações com a utilização de verbas públicas (Andrade, 2019).

Assim, se vê que a própria lógica do capitalismo, atrelado a políticas neoliberais, acarreta a transformação dos Estados, favorecendo a expansão de espaços sociais e econômicos desiguais. Paralelamente, se tem a estimulação de menor interferência dos Estados no combate às desigualdades sociais por parte do avanço neoliberal, isso se justifica pela busca imparável pela acumulação de capital e maiores lucros, movimento este essencial para o neoliberalismo, pois, caso contrário, haveria a estagnação do capital, interrompendo o dinamismo que condiciona parte da sociedade (Harvey, 2014).

Diz Wendy Brown (2019, p. 53) sobre o assunto:

O assalto neoliberal ao social, juntamente com sua identificação do poder exclusivamente com coerção, promulgou como consequência uma reformatação do liberalismo. À medida que saturava o discurso estatal e popular, o ataque neoliberal à justiça social, à reforma social e aos serviços sociais desafiava a igualdade, reformulava as guerras culturais e produzia uma desorientação geral da esquerda. Se não existe tal coisa como a sociedade, mas apenas indivíduos e famílias orientados pelo mercado e pela moral, então não existe tal coisa como um poder social que gera hierarquias, exclusão e violência, tampouco há subjetividade nas condições de classe, gênero ou raça.

Portanto, a partir do avanço do neoliberalismo, atrelado a ideais de globalização e do próprio capitalismo, e de suas interferências de forma ampla no modo operacional dos Estados e dentro das sociedades em si como força de modernidade, o capital tem encontrado melhores condições para se reproduzir. A partir disso, é necessário compreender o Estado brasileiro na conjuntura de relação entre o Estado, a globalização e o neoliberalismo.

2. Aplicação do neoliberalismo durante os Governos Brasileiros (1985-2022)

No contexto político e econômico brasileiro, a década de 1980 marcou a emergência de medidas de orientação liberal, que se fizeram presentes, ainda que de forma limitada, durante o governo de José Sarney (1985–1990) e ganharam maior intensidade a partir do governo de

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

Fernando Collor de Mello (1990–1992), sendo posteriormente continuadas durante o governo de Itamar Franco (1992–1995). Esse processo esteve associado à defesa de reformas voltadas à liberalização econômica, à abertura comercial e à redução da intervenção estatal na economia (Hermida; Lira, 2018).

Raymundo Faoro (1992) traz a distinção entre modernidade e modernização. O autor estabelece que o termo modernidade seja um ato espontâneo característico da própria sociedade, vindo a modificar de forma natural os papéis dos indivíduos nela inseridos, a economia, a cultura e a política. Já o termo modernização é uma reforma vertical que tem seu direcionamento de cima para baixo, em que sua implementação vem através de grupos ou classes sociais dirigentes que visam submeter determinada sociedade vista como atrasada a um modelo de países avançados através da imposição, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes.

Os governos Sarney, Collor e Itamar, apesar das resistências, iniciam, mesmo que de modo gradual, os movimentos de privatizações, congelamentos de salários e preços, que tinham o objetivo de liberar a economia para resolver os impasses de estagnação da economia, dívidas externas e da inflação, mas encontrando obstáculos peculiares que obstruíram a ideologia neoliberal de adentrar em sua totalidade no seio econômico e social brasileiro (Petras; Veltmeyer, 2001).

Sobre o assunto, afirmam os autores Jorge Hermida e Jailton Lira (2018, p. 45-46):

Os programas de liberalização econômica, que procuravam beneficiar claramente o grande capital internacional, tiveram um alcance limitado. No caso do governo de Sarney, pela enorme oposição tanto de caráter populista quanto de esquerda, que mantinha forte poder de mobilização herdado da luta de mais de vinte anos contra a ditadura militar (1964-1985). O programa de liberalização de Collor de Mello foi sacrificado em razão da forte recessão econômica e das denúncias de corrupção que desestabilizaram o governo. E, após o impeachment de 1992, a proximidade das fortes mobilizações populares que depuseram Collor de Mello inibiu o governo de Itamar Franco de continuar o processo de liberalização econômica, que passou a ter reservas em abrir o Brasil aos interesses do capital internacional, adotando um viés de governo mais nacionalista entre 1992 e 1993.

Apesar disso, devido ao avanço das crises fiscais, o governo Itamar Franco buscou meios financeiros junto ao mercado financeiro internacional, sob a ótica das políticas de desregulamentação e globalização financeira. Com os juros advindos do endividamento, o orçamento nacional passa a ficar comprometido e o Estado passa a perder o seu poder

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

econômico. Diante disso, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994, conduz um plano econômico que culminou na criação do Plano Real, criado para configurar as exigências do capital e do mercado, na desregulamentação econômica, na abertura do país a investimentos estrangeiros e em um ajuste fiscal rigoroso, refletindo diretamente na eficiência dos serviços públicos e das políticas sociais (Boito Jr., 2018).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) para a presidência da República, o Brasil vivenciou um de seus principais processos de reformas econômicas e do aparelho do Estado ancorado na ideologia neoliberal e no ciclo de ajuste financeirizado, vindo, de fato, acontecer uma ampla penetração do neoliberalismo nas esferas econômicas, políticas e sociais brasileiras, indo na contramão do Estado Democrático de Direito, enfraquecendo as políticas sociais e de distribuição de renda e fortalecendo a lógica do Estado ajustador (Carvalho; Porto; Bezerra, 2023). Esse processo evidencia que, ao contrário da noção de Estado mínimo, o período foi marcado por uma atuação ativa do Estado na criação de condições institucionais favoráveis à expansão do capital financeiro, reforçando a hipótese de que o neoliberalismo implica uma reconfiguração – e não uma redução – da atuação estatal.

Sobre o assunto, afirmam os autores Hermida e Lira (2018, P. 45-46):

Tão logo tomou posse na Presidência em 1º. de janeiro de 1995, Cardoso deu início a um novo processo reformista na economia e no Estado, que foi chamado pelos seus precursores de “modernização nacional”. O processo procurou colocar o país em consonância com as diretrizes e políticas de corte neoliberal, consolidadas no Consenso de Washington. Com a liberalização da economia à ação predatória do grande capital internacional, a indústria nacional experimentou um declínio substantivo na produção do Produto Interno Bruto, encolhendo em razão da concorrência externa. A partir daquele momento, rompeu-se completamente com o padrão de desenvolvimento econômico que havia orientado as ações do Estado brasileiro ao longo de quatro décadas, fundado na base da expansão industrial, com muitas empresas sob o controle estatal.

Orientado pela financeirização de orçamentos internacionais, o neoliberalismo implementado por FHC unificou indústrias, bancos e serviços sob o comando de grupos financeiros que lucravam com os juros elevados e com a liberdade de entrada e saída de capital. Assim, em seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso trouxe a ideologia neoliberal para dentro da realidade brasileira, onde abriu o comércio para empresas do exterior, debilitando a indústria nacional; privatizou empresas estatais e incorporou o Estado ao ideário neoliberal e de ajuste, atuando como um Estado mínimo (Boito Jr., 2018).

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

No segundo mandato FHC (1999 - 2002), como consequência de todas as ações adotadas com o viés das políticas neoliberais, ocorreram os desequilíbrios macroeconômicos, vindo a paralisar as políticas públicas e ocorrer o crescente endividamento externo, acarretando na desvalorização do real e no agravamento das crises sociais e econômicas, prevalecendo a fome, desemprego, arrocho salarial, privação e precarização do trabalho e no aumento da massa marginalizada do país (Hermida; Lira, 2018).

Com o fracasso na economia durante o segundo mandato do FHC, as elites burguesas do país viam-se fora de cena, tendo em vista as vastas consequências econômicas e sociais causadas pelas políticas neoliberais adotadas. Por outro lado, o operariado, servidores públicos federais, camponeses, sindicalizados, a baixa classe média e a grande massa marginalizada, clamavam por mudanças sociais profundas, concluindo com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT) (Boito Jr., 2018).

Com o slogan “*Brasil para todos*”, o PT chega à presidência do Brasil no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), mostrando-se que era um partido que estava disposto a enfrentar as desigualdades sociais, mas que isso não significaria romper com os interesses da burguesia nacional. Dessa forma, nota-se que, visando um maior apoio, o partido, através de alianças e de mudanças em seu discurso classista que se utilizava desde a sua fundação, passar a abraçar uma estratégia que abrangesse o maior número de apoiadores, aproveitando o levante das massas insatisfeita com o fracasso ocorrido na era FHC (Machado, 2009).

Para Hermida e Lira (2018, p. 53):

Parte significativa do empresariado nacional aderiu à candidatura petista por conta da bem-sucedida articulação política que viabilizou a coligação presidencial: a aliança entre o PT e o Partido Liberal, representado pelo candidato à vice presidência José de Alencar, influente empresário da área siderúrgica do estado de Minas Gerais. Essa simbólica aliança entre o capital e o trabalho melhorou a imagem de Lula da Silva entre o empresariado de matriz nacional e a classe média, ultrapassando assim a barreira histórica dos 30% do PT em eleições presidenciais às vésperas do pleito.

Diante disso, nota-se que o que antes era uma clara disputa ideológica, passa a ser um programa de governo que tem o objetivo de alinhar a gestão do Estado com parâmetros de governabilidade do sistema capitalista. Assim, o primeiro mandato Lula foi marcado por uma gestão que buscou um Pacto Social entre os segmentos da burguesia nacional, estratos médios

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

e os segmentos populares que, sobretudo, não fosse vir a ser uma ameaça ao modelo de produção capitalista e aos ciclos de ajuste, mas que o alinhasse com a atenuação das desigualdades sociais sem questionar o modelo básico de acumulação e exploração do capital (Hermida; Lira, 2018). Tal configuração reforça a interpretação de que, mesmo em governos com orientação voltada para os aspectos sociais, não houve ruptura estrutural com a lógica neoliberal, e sim uma adaptação que conciliou políticas redistributivas com a manutenção dos mecanismos de acumulação do capital.

No segundo mandato do Lula (2007-2010), que tinha como pano de fundo a crise do mensalão³ e o aproveitamento deste cenário pela burguesia e pelo capitalismo internacional para a tentativa de retomar o poder, o governo se apresentou mais ofensivo do ponto de vista social e implementou políticas de ajuste neodesenvolvimentista e de fortalecimento do mercado interno, em que houve o descarte das privatizações, o fortalecimento de empresas estatais, a redefinição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) para o fomento às grandes empresas de capital predominantemente nacional, implementação de políticas públicas de distribuição de renda e erradicação da pobreza, realizando compensações às concessões do capital com políticas públicas sociais (Singer, 2012).

Sua sucessora presidencial Dilma Vana Rousseff do PT, em seu primeiro mandato (2011-2014), enfrenta em seu governo instabilidades institucionais e econômicas devido a influências da crise do capital (crise de Wall Street - 2007/2008) e a desvalorização de *commodities*, deflagrando a relação de conflito e dependência que o governo tinha com o capital internacional. Diante disso, começam-se os questionamentos quanto às políticas sociais neodesenvolvimentistas, tendo como justificativa o limite do teto de gastos e o forte interesse da burguesia em captar recursos estatais para aplicar em investimentos privados, acirrando-se o iminente conflito entre as classes (Boito Jr., 2018).

Assim, o cenário social vislumbrava uma clara insatisfação com os rumos do governo Rousseff, sobretudo vindo daqueles que outrora foram beneficiados com as políticas neodesenvolvimentistas:

³ O chamado “mensalão” refere-se ao escândalo político que veio a público em 2005, envolvendo denúncias e posteriormente processos judiciais relacionados a um esquema de pagamentos e apoio político no Congresso Nacional.

A baixa classe média fora contemplada com medidas democratizantes do acesso à universidade – a política de cotas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Porém, os novos diplomados não encontraram no mercado de trabalho os empregos que julgavam garantidos. Essa insatisfação eclodiu nas ruas em junho de 2013. Os próprios beneficiários do neodesenvolvimentismo começavam a retirar seu apoio a essa política (Boito Jr., 2016, p. 29).

Arelado a isso, os variados gastos que beneficiaram as empreiteiras e o agronegócio, os gastos com os grandes eventos, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), a operação Lava Jato⁴ e o crescente número de desempregados, gerando um cenário social de total inconformismo, facilitando as condições para que houvesse uma contraofensiva reacionária, culminando com o golpe de 2016⁵ e a retomada de uma agenda neoliberal mais radical no cenário brasileiro (Souza, 2017).

Ao assumir a presidência através de um golpe, Michel Temer (2016-2018) retoma o que o Brasil experimentou em seu período colonial atrelado às políticas ideológicas do neoliberalismo: superexploração do trabalho, novas oportunidades de acumulação, intensificação das desigualdades sociais, privatizações, sobretudo para empresas multinacionais norte-americanas, e o desmonte das políticas sociais. A medida que confirma o interesse principal do governo Temer com o capital especulativo é a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que determina o congelamento de gastos públicos acima da inflação pelo período de 20 anos, refletindo diretamente na redução dos recursos e na qualidade dos serviços públicos (Hermida; Lira, 2018).

Além dessa medida, ocorreu a reforma trabalhista que flexibilizou as relações de trabalho, fragilizando as conquistas e direitos históricos de trabalhadores, dando mais poderes aos patrões em detrimento da ampliação da exploração da mais-valia, como o princípio legal

⁴ A Operação Lava Jato foi uma ampla investigação conduzida por órgãos como a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, iniciada em 2014, com o objetivo de apurar esquemas de corrupção, lavagem de dinheiro e pagamento de propinas envolvendo agentes públicos e grandes empresas, especialmente no âmbito da Petrobras. Tornou-se uma das maiores operações anticorrupção da história do Brasil, resultando em diversas condenações e acordos de colaboração premiada, além de gerar intensos debates jurídicos e políticos sobre seus métodos e impactos institucionais.

⁵ A expressão “golpe de 2016” é utilizada por parte da doutrina, de atores políticos e da opinião pública para se referir ao processo de impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, concluído em 2016, no âmbito do Impeachment de Dilma Rousseff. Tal denominação reflete uma interpretação crítica segundo a qual o afastamento teria ocorrido sem a configuração de crime de responsabilidade. Por outro lado, há entendimento divergente que sustenta a legalidade e constitucionalidade do processo, conduzido conforme os trâmites previstos na Constituição e na legislação vigente, o que evidencia a existência de controvérsia política e jurídica sobre o episódio.

do negociado sobre o legislado, na qual prevê que a relação de trabalho pode ser realizada em comum acordo entre as partes envolvidas, abrindo margem para imposição das vontades dos patrões e constrangimentos, retaliações e até demissões para os trabalhadores que demonstram resistências às normas e condições de trabalho impostas pelas empresas (Hermida; Lira, 2018).

Com o fim do governo Temer, foi eleito Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) para ocupar o cargo de Presidente da República, o qual se apoiava em um discurso alinhado a uma agenda econômica ultraliberal, combinado a posicionamentos políticos de caráter conservador e autoritário, o que transpareceu ao longo de todo o seu mandato, como também em suas escolhas para os cargos dos Ministérios e em seus posicionamentos frente às decisões na condução do país, sobretudo quanto ao enfrentamento da pandemia do COVID-19⁶ no ano de 2020. Para o Ministério da Economia foi nomeado Paulo Guedes, que de pronto apresentou e efetivou propostas de desmonte das políticas sociais e de privatizações, emergindo a era do conservadorismo e neoliberalismo em sua feição mais radical no Brasil.

No campo das privatizações, o governo Bolsonaro pretendia realizar o repasse de empresas públicas para o setor privado com a justificativa de melhorias no serviço e na melhor condução dos gastos das verbas públicas, o que na verdade beneficiaria o capital financeirizado. As empresas estatais que estariam na mira dos planos de privatização seriam Correios, Telebrás, Eletrobrás, Casa da Moeda e Serpro e outras mais. Em 2019, a Petrobras vendeu a BR Distribuidora, importante subsidiária no ramo de distribuição de combustíveis do país. Em 2021 foi à vez da Eletrobras, empresa estatal do ramo de geração de energia elétrica. Caso reeleito, seriam privatizadas a Petrobras e os Correios, o que não ocorreu (Araújo, 2023).

Sobre o assunto, explicitam os autores Mayra Silva e Machado Rodrigues (2021, p. 101):

O governo federal também se desfez de ativos em empresas que no passado já haviam sido privatizadas, mas que ainda contavam com participação pública, como o Instituto de Resseguros do Brasil, IRB. Em julho de 2019, a participação da União via Banco do Brasil e Caixa Econômica foi desfeita com a venda bilionária de ações na Bolsa. No Banco do Brasil, uma situação polêmica aconteceu, em julho de 2020, com a venda de uma carteira de créditos ao BTG Pactual, banco privado fundado pelo ministro Paulo Guedes. De acordo com denúncia da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, ANABB, a carteira, cujo valor contábil é de R\$ 2,9 bilhões, foi

⁶ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, identificada no ano de 2019 em Wuhan, China. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a doença como uma pandemia global. A pandemia provocou impactos significativos na saúde, na economia e nas relações sociais em todo o mundo.

cedida por R\$ 371 milhões, cerca de 12% do valor total. Para os partidos da oposição, esse processo foi um primeiro passo para a futura privatização do próprio Banco do Brasil. —Esta é uma operação gravíssima, porque é parte e sequência das ações entreguistas do governo Bolsonaro, de privatização do Banco do Brasil, sustentou a ex-senadora do PCdoB (Silva; Rodrigues, 2021, p. 101).

Na condução da crise sanitária ocasionada pela pandemia do coronavírus (2020), o governo de Jair Bolsonaro foi amplamente criticado por sua atuação, sendo alvo de investigação pela CPI da COVID-19, cujo relatório final apontou a existência de atrasos na aquisição de vacinas, promoção de tratamentos ineficazes e resistência à adoção de medidas sanitárias, fatores que contribuíram para o agravamento da pandemia no país (Brasil, 2021).

O Presidente do país incitava a não adesão às medidas essenciais de enfrentamento ao COVID-19, principalmente quanto ao isolamento social, em que defendia a continuidade da abertura dos comércios e fronteiras para assegurar a circulação do capital, como também às questões ligadas a vacinação, atribuindo de forma irônica o termo “gripezinha” aos graves sintomas ocasionados pelo vírus. De forma unilateral, atrasou as compras de vacinas, sendo totalmente responsável pelo agravamento da crise, que diante de suas decisões amplamente criticadas pela condução da crise sanitária, especialmente no que se refere à demora na aquisição de vacinas e à resistência às medidas de isolamento social, teve um aumento significativo no número de mortes, as quais poderiam ter sido evitadas se o presidente tivesse agido com responsabilidade (Carvalho; Porto; Bezerra, 2023).

Conforme Boaventura de Sousa Santos (2009), a modernidade se divide em uma linha invisível, a linha abissal, em que as pessoas que estão do outro lado da linha sofrem uma degradação ontológica, vistas como menos pessoas, têm menos direitos; são aqueles que podem morrer. Conclui-se que para o governo Bolsonaro, apoiado pela lógica neoliberal e de ajuste radical, não interessa quantas pessoas morreram, pois o importante está no cumprimento das agendas neoliberais que o presidente se comprometeu. Distingue-se a quem devem ser dirigidas as políticas governamentais, criando uma diferenciação subjetiva do que é ser cidadão, perpetuando ciclos de desigualdades sociais, fome, aumento de desempregado e de empregos precarizados (Rosário, 2020).

3. Os desdobramentos do ajuste neoliberal no mercado de trabalho

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

Diante da experiência dentro da mundialização do capital (Chesnais, 1996), sobretudo quanto às interferências sociais e econômicas advindas de uma política de ajuste, o Brasil se vê em uma nova colonização, na qual a partir de sua concordância com as métricas idealizadas pelo Consenso de Washington⁷, FMI e Banco Mundial para ajustar-se à nova lógica do capital, o país se viu de forma submissa e periférica na nova conjuntura mundial, necessitando reorganizar a sua estrutura social, política e econômica na nova “modernidade” (Carvalho, 2022).

A partir disso, o Estado brasileiro busca a sua inserção nos circuitos globais financeirizados da nova “modernidade” a qualquer custo, acatando a sua submissão frente às estratégias ditadas pelos atores globais, se afastando de uma iniciativa soberana que de fato viesse a inserir a população brasileira em sua integralidade nas novas lógicas do capital, tornando a sua população ainda mais desigual do ponto de vista econômico e social (Carvalho, 2022). Esse movimento reforça a compreensão de que o Estado não se ausenta, mas atua estrategicamente para viabilizar a inserção subordinada do país na economia global, evidenciando sua função ativa na sustentação da lógica neoliberal.

Desse modo, revela-se que as políticas de ajuste neoliberais adotadas no Brasil, sobretudo na era Collor, FHC e retomadas nos governos Temer e Bolsonaro, provocam ônus sociais e políticos para dentro da lógica estrutural do país, dada as suas formas autoritárias, inseguras, excludentes e desiguais, sentidas especificamente pelas populações periféricas, marcando os sistemas de relações de trabalho e de estrutura social. A ideia de um Estado mínimo na interferência econômica, na realidade, passa a se revelar como uma lógica que se utiliza da própria máquina estatal para fomentar a concentração de poder e riqueza, mas que, por outro lado, atua de maneira excludente e indiferente com as políticas públicas sociais e as massas marginalizadas, afastando-as das decisões econômicas e políticas do próprio sistema que estão inseridas. (Souza, 2024).

⁷ O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de medidas de política econômica voltadas à estabilização macroeconômica e à liberalização dos mercados, formuladas no final da década de 1980 por organismos internacionais e economistas sediados em Washington, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Entre suas principais diretrizes destacam-se o ajuste fiscal, a redução do papel do Estado na economia, a privatização de empresas estatais, a abertura comercial e a desregulamentação, sendo amplamente aplicado em países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, durante as décadas de 1990 e 2000.

Assim, relata a autora Alba Carvalho (2022, p. 08):

De fato, nos percursos seletivos de inserção do Brasil à nova ordem do capital, uma parte significativa da população brasileira não tem um lugar social, uma posição social reconhecida e valorizada. Concretamente, significa estar privado de formas e tipos de trabalho onde o trabalhador possa afirmar sua identidade como cidadão, viabilizando seu acesso a bens e serviços sociais, dentro de um padrão de vida digno, que propicie sua efetiva inserção na vida social. Logo, no limite, exclusão social significa não ter acesso aos mais elementares bens, serviços e redes socio relacionais, ficando imerso na precariedade de vida que não permite a realização humana. No Brasil Contemporâneo, os processos de exclusão social se dão pela via da vulnerabilização do trabalho, decorrente da ofensiva do capital no programa estratégico do ajuste que constitui uma nova organização / desorganização do mundo do trabalho, fundada na flexibilização, na fragmentação, na exclusão. Assim, emerge e institui-se — no dizer de ALVES (2000) — o novo e precário mundo do trabalho no Brasil, que bem se expressa na transformação da problemática do emprego, em termos de dois fenômenos essencialmente imbricados no atual cenário brasileiro: o aumento do desemprego estrutural em taxas crescentes e a precarização das condições de trabalho, também crescente, no tocante ao trabalho aviltado, sem proteções e garantias.

A exclusão social dentro do cenário de ajuste não significa que as populações excluídas fiquem de fora do dinamismo do capitalismo e das políticas neoliberais. Nessa nova era, os povos marginalizados, apesar de não ocuparem posições de privilégios, possuem o papel de consumidor, em que se há a necessidade imprescindível desta população para gerar a lógica do consumo e movimentar o capital, mas também são essenciais para ocupar postos de trabalho precarizados, subordinados e até informais, em que a mão de obra se torna excessivamente barata e substituível, sem proteções e garantias (Carvalho, 2022).

Sobre o assunto, afirma o autor Ricardo Antunes (2001, p. 38):

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

Dessa forma, a nova organização do trabalho pela busca do lucro via subalternização e exploração de mão de obra, estratégias essas basilares da lógica neoliberal do sistema capitalista, conduz o Estado a direcionar as massas marginalizadas à luz de novas estruturas trabalhistas através de reformas legislativas e propondo meios de favorecer as vontades dos

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

empresariados acima dos sujeitos vulneráveis da relação trabalhista, os trabalhadores, tornando a relação contratual desequilibrada.

Assim, diante do impulsionamento por meio das bases neoliberais para uma nova conjuntura laboral produtiva, se vê diversas alterações que vão atacar diretamente as relações trabalhistas e o mercado de trabalho com um todo. A ideia da competitividade extrema e da obtenção de lucros por meio da qualificação e da racionalização de custos levaram à seletividade excessiva de trabalhadores, criação de empregos precarizados, terceirização, informalidades e um alto índice de desemprego. Além disso, a abertura para capital estrangeiro, bem como a dependência de capital externo, também foi condicionante para as mudanças do mercado de trabalho, uma vez que a atratividade de investidores externos para o país estava condicionada à flexibilização das condições laborais (Souza, 2024).

Com isso, a classe trabalhadora tornou-se fragmentada, em que por um lado se vê a inclusão de trabalhadores da era multifuncional, capaz de exercer diversas funções, exercitando com mais intensidade suas dimensões intelectuais; por outro lado, trabalhadores sem qualificação, precarizados, sujeitos às novas formas de trabalho, como o intermitente e o temporário. Diante disso, cria-se uma classe trabalhadora mais heterogênea, criando-se uma divisão entre qualificados e desqualificados, formais e informais, jovens e velhos, estáveis e precarizados, homens e mulheres, brancos e negros, além de fragmentações existentes na inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores frente à nova divisão internacional do trabalho (Antunes, 2001).

Karl Marx (1865, p. 371), em seu livro "Salário, preço e lucro", observa que “o tempo é o campo de desenvolvimento humano”, assim destaca-se a necessidade da redução das jornadas de trabalhos extensas frente à importância do tempo livre para que haja um pleno desenvolvimento das capacidades e atividades humanas, em que a inversão do tempo de vida para o tempo de trabalho, propicia a inibição de espaços de sociabilidade.

Diante disso, a partir da década de 1990, sob a influência das políticas neoliberais e das pressões do mercado, intensifica-se a conversão do tempo de vida social dos trabalhadores em tempo de trabalho. Esse processo se expressa tanto no “tempo de trabalho manifesto” – regulamentado pela legislação trabalhista, no que se refere à jornada laboral – quanto no “tempo de trabalho oculto”, evidenciado em múltiplas formas, como os longos deslocamentos entre moradia e trabalho e a incorporação de tarefas e preocupações laborais aos momentos de

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

descanso e lazer. Trata-se, assim, de uma efetiva colonização do tempo de vida dos trabalhadores (Alves, 2009).

Em 2017, com o retorno de um governo neoliberal, ocorreu a reforma trabalhista na forma da Lei nº 13.467/2017 e da Lei nº 13.429/2017. A nova legislação trabalhista se debruça nas fragilidades da relação de trabalho e na precarização laboral de trabalhadores, mas por outro lado garante maior liberdade aos empregadores em estruturar a sua imposição diante das condicionantes que regem os contratos de trabalho, ajustando seus interesses de acordo com as suas necessidades, seja diante de formas de flexibilização do tempo de trabalho, seja pelas formas de contratação e de remuneração (Krein, 2018).

Uma das alterações promovidas pela Reforma Trabalhista de 2017 foi a introdução do contrato de trabalho intermitente. Conforme o § 3º do art. 443 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), trata-se de modalidade em que a prestação de serviços ocorre de forma não contínua, alternando períodos de trabalho e de inatividade. O art. 452-A determina sua formalização por escrito, com indicação do valor da hora e convocação do trabalhador com antecedência mínima de três dias corridos, sendo o período de inatividade não considerado tempo à disposição do empregador (Brasil, 2017). Assim, essa modalidade caracteriza-se pela alternância entre trabalho e inatividade (Oliveira; Silva, 2026).

O contrato intermitente insere-se no contexto de flexibilização das relações de trabalho, pois, embora mantenha formalmente o vínculo empregatício, a prestação laboral depende da demanda e da convocação do empregador. Dessa forma, não há garantia de jornada mínima ou de remuneração mensal previamente assegurada, podendo a renda variar conforme a frequência das convocações. Alanna Oliveira e Sandro Silva (2026) apontam possíveis efeitos dessa modalidade sobre os rendimentos, a estrutura ocupacional e a desigualdade de renda, identificando maior inserção de trabalhadores jovens, com menor escolaridade e não brancos (Oliveira; Silva, 2026).

Durante a pandemia de COVID-19, essa característica tornou-se ainda mais relevante, pois a ausência de convocação implicava, em regra, ausência de trabalho e remuneração, apesar da manutenção do vínculo formal (Brasil, 2017). Nesse contexto, a Lei nº 14.020/2020 estabeleceu benefício emergencial mensal de R\$ 600,00 aos trabalhadores intermitentes, por três meses, observadas as condições legais (Brasil, 2020). A experiência evidenciou que a

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

formalização do vínculo não assegurava, por si só, estabilidade da renda, especialmente em atividades de demanda descontínua (Oliveira; Silva, 2026).

Concomitantemente, observa-se fragilidades das organizações sindicais, atacando diretamente suas fontes de financiamento e os seus poderes quanto à negociação e organização; individualização de riscos, em que coloca o empregado como responsável pelos riscos da relação trabalhista e a vulnerabilidade excessiva da classe trabalhadora diante das negociações individuais quanto ao ditames do contrato de trabalho, o qual coloca o trabalhador em uma posição submissa frente às imposições das vontades dos empresariados (Krein; Colombi, 2019). Nesse sentido, afirmam os autores:

É a ameaça do desemprego que está no horizonte de todo assalariado em mercados de trabalho desestruturados e flexíveis, como o brasileiro, que reforça a noção de empregabilidade e o ethos do empreendedorismo, fazendo com que os trabalhadores aceitem a flexibilidade e a autogestão como esperança de encontrar uma nova ocupação. É como se o combate à suposta rigidez do mercado de trabalho aumentasse as possibilidades de fazer parte dele, sem considerar o movimento de precarização e vulnerabilidade a que esses trabalhadores estão sendo condenados, dado o ambiente de crise do assalariamento (CASTRO, 2016) e de difusão da chamada viração (Krein; Colombi, 2019, p. 5-6).

Portanto, infere-se que as mudanças ditadas pelo modelo de ajuste através de políticas neoliberais para dentro do mercado de trabalho fragilizam as relações laborais para as partes mais vulneráveis que são os trabalhadores, uma vez que esse modelo capitalista considera a necessidade de adaptação e reformulação do mercado para favorecer a dinâmica do capital, sobretudo os lucros e a acumulação, produzindo instabilidade e inseguranças nas trajetórias profissionais dos trabalhadores.

Considerações finais

A ideologia do neoliberalismo impactou diretamente o modo estrutural do Estado brasileiro. As conjunturas que regem a política neoliberal trazem novas formas de como o país deveria se portar frente à nova era modernizada do capital em que o mundo se apresentava, sobretudo pelas conjunturas econômicas e políticas mundiais em transformação.

A doutrina neoliberal adentra na cena brasileira a partir de um verdadeiro receituário proposto através do Consenso de Washington, em que se previam medidas que deveriam ser

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

seguidas drasticamente para que o país viesse a ser incluído na lógica mundial de modernidade e globalização, e capaz de se reerguer diante de suas crises financeiras, modificando a forma de atuação do Estado.

A partir do Consenso de Washington, pode-se dizer que o Brasil não desregulamentou a economia, mas passou a realizar uma nova regulamentação que fosse condizente com as práticas neoliberais, na qual o Estado passa a intervir na economia sob a perspectiva da lógica do capital e do mercado, modificando a sua atuação a partir do favorecimento do avanço do capital, colocando em cheque a relação entre democracia e mercado, em que as políticas econômicas de cunho neoliberal passam a refletir diretamente nas relações sociais e na participação pública.

As medidas regulamentadoras de ajuste iniciam no Estado brasileiro de forma radical com FHC, mesmo que com os governos Sarney, Collor e Itamar tenham contribuído para o grande amparo estatal no avanço da ideologia neoliberal para dentro do território brasileiro. Medidas como privatizações, congelamentos de preços e salários, reformas econômicas e trabalhistas, e abandono estatal de políticas sociais determinam o novo cenário social que o Estado brasileiro passa a seguir, refletindo em aumento nos números de desempregos, inflações e crises brasileiras.

A partir dos governos petistas, se observa que há uma tendência na redução das medidas conduzidas pelo Consenso de Washington e a adoção de políticas de cunho sociais destinadas à distribuição de renda, mas não há uma ruptura total com o modelo neoliberal adotado pelos governos anteriores, culminando com um modelo de governo que procura adotar políticas conciliatórias para atenuar parte das desigualdades socioeconômicas.

Com o golpe de 2016, o Estado retoma de forma radical a sua aproximação contundente com o mercado, através de medidas que desmontam as políticas públicas e sociais que atenuam o avanço das desigualdades sociais, adotando uma postura intervencionista que privilegiava os interesses dos capitalistas em detrimento dos interesses da massa trabalhadora do país.

Dessa forma, as bases neoliberais atacam diretamente a estrutura de proteção social do Estado do país, sobretudo da classe trabalhadora, em que se beneficia o empresariado através da redução de custos e da flexibilização da legislação trabalhista sob o argumento da competitividade e superação do desemprego, promovendo uma reestruturação produtiva e um ajuste à lógica neoliberal no país, fazendo com que o Estado abandone o seu papel de protetor

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

e se comprometa com a lógica e o avanço do capital e dos interesses do mercado, resultando em desemprego estrutural, precarização de postos de trabalho e informalidade.

Conclui-se que o mito do Estado mínimo, na verdade, não se passa de uma ideia criada para encobrir a intenção condizente com as políticas neoliberais, visto que o papel do Estado se acentua na facilitação e na promoção dos interesses capitalistas, vindo a tornar-se dependente do mercado e de seus interesses, comprometendo a autonomia econômica do país e a sua soberania nacional, refletindo diretamente nas relações sociais e na intensificação das desigualdades sociais e a fragilização das relações de trabalho, evidenciando os limites estruturais desse modelo para a promoção de justiça social e desenvolvimento inclusivo.

Referências

ALVES, G. **A condição do proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global**. Bauru: Canal6, 2009.

ANDRADE, Daniel Pereira. What is neoliberalism? The renewal of the debate in social sciences. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, jan. 2019.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 37-50.

ARAÚJO, V. L. **A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico**. Texto para Discussão, n. 01/2023. Centro Celso Furtado, 2023. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

BOITO JUNIOR, A. Os atores e o enredo da crise política. In: SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOITO JUNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil**. Os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp/Editora Unesp, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm?. Acesso em: 2 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da COVID-19. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114020.htm?. Acesso em: 2 set. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final da CPI da Pandemia**. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2021/10/26/relatorio_final-26102021-12h40-1.pdf. Acesso em: 2 maio 2026.

BROWN, W. **Les habits neufs de la politique mondiale**. Néolibéralisme et néo conservatisme. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2003.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de políticas públicas**, São Luís, v. 6, n.1, p.41-65, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; PORTO, Márcio de Souza; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Expressões contemporâneas do sistema do capital no contexto brasileiro: ciclos de ajuste, crise e reconfigurações do Estado (1990-2023)**. In: MESA TEMÁTICA JOINPP 2023. João Pessoa: JOINPP, 2023.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLOMBI, A. P. F.; LEMOS, P. R.; KREIN, J. D. Entre negociação e mobilização: as estratégias da CUT e da FS frente à reforma trabalhista no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos do Trabalho**, v. 17, n. 2, jul./dez. 2018.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, jan./abr. 1992.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Seuil; Gallimard, 2004.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HERMIDA, J. F.; LIRA, J. de S. Estado e Neoliberalismo no Brasil (1995-2018). **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 38-63, set./dez. 2018. Disponível em: <https://bityli.com/bMxjQ>. Acesso em: 11 out. 2025.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, 2018.

MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, n. 21/22, p.23-33, 2009.

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. In: SILVA JR., C. A.; BUENO, M. S.; GHIRALDELLI JR., P. MARRACH, S. A. (Orgs.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56. Disponível em: https://www.unitins.br/BibliotecaMidia/Files/Documento/BM_634638873694865000tx_comp_l_3_neoliberalismo_e_educacao.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

MARX, K. (1865). **Salário, Preço e Lucro**, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOURA DE SOUZA, J. As bases neoliberais como possíveis consolidadoras da antidemocratização do trabalho no Brasil, aliada à dependência de capital externo. **Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica**, [S. l.], v. 12, n. 12, p. 121–133, 2024. DOI: 10.23925/2526-6284/2023.v12n12.67594. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DIGE/article/view/67594>. Acesso em: 17 out. 2025.

OLIVEIRA, Alanna Santos; SILVA, Sandro Pereira. Trabalhadores com contratos intermitentes no Brasil: evolução, cenários e perfil das contratações pós-reforma trabalhista de 2017. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 1, 2026. DOI: 10.1590/1982-3533.2026v35n1.282379. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/GLKknsZbFrMy5BWWRgjysLw/abstract/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 17 set. 2026.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115-127, dez. 1999.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Brasil de Cardoso**. A desapropriação do país. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ROSÁRIO, Luana. A Necropolítica Genocida de Bolsonaro em tempos de Pandemia e o Projeto Ultra-Neoliberal. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 28–49, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/15815>. Acesso em: 17 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Mayra Goulart Da; MACHADO RODRIGUES, Theófilo Codeço. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86–107, 2021. DOI: 10.5433/21766665.2021v26n1p86. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098>. Acesso em: 10 out. 2025.

O NEOLIBERALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONJUNTURA ESTRUTURAL E LABORAL DO BRASIL

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THEIS, Ivo Marcos; KRAJEVSKI, Luis Claudio. Acumulação por espoliação e estado neoliberal: o caso do Paraná (2003–2018). **Revista Katálisis**, v. 27, p. e99090, 2024.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.